

Avaliar em Educação Física – A Necessidade de um Quadro Conceptual

Joana Simões^{1,2}, Catarina Fernando^{1,2}, Helder Lopes^{1,2},
¹CCCS-DEFD, Universidade da Madeira, ² CIDESD

Resumo

A avaliação é considerada parte integrante do processo educativo, imprescindível em qualquer proposta de educação. Esta encontra-se ligada ao processo ensino e aprendizagem, contudo sabemos que na prática pedagógica esta fica muitas vezes desvinculada neste processo.

Muitas vezes a avaliação é apenas vista como uma mera atribuição de notas, dando aos alunos um “rótulo” e não como um meio de o mesmo orientar a sua prática indo deste modo ao encontro das reais necessidades dos seus alunos.

Consideramos que este tema é bastante complexo, contudo pretendemos compreender como a mesma pode ser um instrumento facilitador e de reflexão das práticas, buscando assim progredir na construção do conhecimento. A avaliação feita nos moldes tradicionais e sem qualquer objetivo parece-nos estar descontextualizada, estamos em crer que a mesma deve ser inovadora que leve o aluno a assimilar informações e utilizá-las em contextos adequados, de modo a que possa tomar decisões autónomas e criativas.

O importante é a aprendizagem efetiva que existe. Mas se pensarmos na origem deste tema podemos compreender este pensamento, contudo está desatualizado e descontextualizado na nossa realidade. O mais importante é saber o que avaliar? Quem? Como? Porquê? E com que resultados.

Neste sentido com esta comunicação procuramos mostrar a necessidade de um quadro conceptual, de modo a que todos possam saber qual o caminho a seguir e que opções tomar.

Palavras-chave: Avaliação; Educação Física; Processo Pedagógico

Introdução

Com este trabalho procuramos a eficiência da educação. Sabemos que este não é um trabalho fácil, pois vivemos numa época que é caracterizada por uma diversidade de pensamentos, que nos levam a diferentes formas de atuar.

Será necessário um esforço permanente para perceber os processos que a mesma implica, pois encontramos-nos num mundo que está sempre a mudar, onde nem sempre é fácil compreender e saber como intervir.

Sabemos que os problemas que hoje enfrentamos na educação, ou numa perspectiva de operacionalização no sistema educativo, necessitam de respostas em diferentes vertentes, coerentes e exequíveis.

Para compreendermos os fenómenos temos de saber integrar um conjunto vasto de temas, assim como de dominar um conjunto de ferramentas, que através destas se possa formar um Homem melhor.

Assim sendo, consideramos de extrema importância compreender como a educação pode ser um fator de produção, pois ela não é nem pode ser inócua tem de ter uma intencionalidade e devemos poder medir a sua produtividade, nomeadamente se produz aquilo que se propõe produzir e com que rentabilidade.

Enquadramento Teórico

Sabemos que a educação deve ter uma intencionalidade. Tendo em conta o Homem que queremos formar. Fernando, Lopes, Vicente, Prudente, (2010) afirmam que a educação deve ser *“pensada como um despertar para o conhecimento e o domínio de metodologias de estudo e trabalho e não como a aquisição de informação normalmente já desatualizada”* (p.225).

Na educação deve de existir uma busca constante dos meios adequados para se atingir os objetivos visados, a educação deveria ter como fim mudanças que favoreçam o desenvolvimento integral do Homem e da sociedade.

No âmbito do atual sistema educativo, as soluções e opções utilizadas não parecem ser promotoras de mudanças e facilitadoras de uma aprendizagem personalizada.

O sistema educativo é *“um conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade”* (LBSE, 2005, p.1).

Como afirma Mairena (s/d) citado por Morin (2000), *“a finalidade da nossa escola é ensinar a repensar o pensamento, a 'des-saber' o sabido e a duvidar de sua própria dúvida; esta é a única maneira de começar a acreditar em alguma coisa”* (p.21). Assim, torna-se cada vez mais importante o professor mobilizar um maior número de competências.

No que se refere à Educação Física propriamente dita e segundo o Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física (CNAPEF, 2007), Educação Física é uma *“atividade curricular eclética (com diferentes tipos de atividade física – jogos desportivos coletivos, ginástica, atletismo, danças, exploração da natureza, natação, etc.); atividade curricular inclusiva (adaptada às necessidades do aluno), visando o desenvolvimento multilateral do aluno (promover saúde, no presente e no futuro, desenvolver a aptidão física e a cultura motora, as competências sociais e a compreensão dos processos de exercitação, refletir criticamente o fenómeno desportivo)”* (p.3). Já no início deste século, Bento (2001, citado por Pina 2002) refere-se à Educação Física enquanto área disciplinar, como estando em crise, pois diz que está *“no declínio acentuado do seu estatuto, em reduções de tempo no horário escolar, em inadequação de recursos materiais e pessoais, em erosão dos padrões de qualidade e profissionalismo”* (p.26).

Enquanto disciplina curricular, a Educação Física encontra-se abrangida pelo Programa Nacional. De acordo com o CNAPEF (2002), o Programa Nacional está organizado na lógica de um projeto curricular aberto e dinâmico. O fundamental do Programa é a definição das Finalidades e dos Objetivos de Ciclo, isto é, as Competências que representam o compromisso de todas as escolas em relação ao desenvolvimento de cada aluno.

Através do PNEF (2001), sabemos que *“estes programas foram concebidos como um instrumento necessário para que a educação física das crianças e jovens ganhe o reconhecimento que carece, deixando de ser vista, por um lado, como mera catarse emocional, através do exercício físico vigoroso, ou, por outro lado, como animação/orientação de (alguns) jovens «naturalmente dotados» para se tornarem artistas da performance desportiva”* (p.4).

Abordaremos também as competências essenciais da Educação Física expostas no CNEF (2001), elaboradas por intermédio do Ministério da Educação. Os pontos apresentados de seguida foram retirados precisamente deste extenso currículo, onde procuramos destacar quais as competências e finalidades fundamentais que enformam todo o plano curricular e garante de orientação, equilíbrio e interdependência.

Os princípios são muitas vezes confundidos com objetivos. Mas os objetivos na Educação Física são tangíveis, quando executados, resultam em atributos vitalmente necessários ao completo desenvolvimento dos jovens, ajudam os profissionais a compreenderem o lugar da Educação Física no programa educacional global, dão ao professor a sua compreensão e direção profissional.

Avaliação

A avaliação é considerada parte integrante do processo educativo, imprescindível em qualquer proposta de educação. Esta encontra-se ligada ao processo ensino e aprendizagem. Muitas vezes a avaliação é apenas vista como uma mera atribuição de notas, dando aos alunos um "rótulo" e não como um meio de o mesmo orientar a sua prática indo deste modo ao encontro das reais necessidades dos seus alunos.

Quanto às modalidades ou momentos de avaliação, existem três momentos de avaliação, sendo eles a diagnóstica, formativa e sumativa. No que se refere à avaliação diagnóstica faz um prognóstico sobre as capacidades de um determinado aluno em relação a um novo conteúdo a ser abordado e identifica algumas características do aluno.

Quanto à avaliação formativa, esta tem a finalidade de proporcionar informações acerca do desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem. É uma avaliação que contribui para melhorar a aprendizagem. Finalmente, a avaliação sumativa é normalmente uma avaliação pontual, já que, normalmente, acontece no final de uma unidade de ensino. Esta visa determinar o grau de domínio de alguns objetivos previamente estabelecidos. A avaliação sumativa procede a um balanço das aprendizagens e competências adquiridas no final de um período.

No que se refere aos tipos de avaliação, esta pode ser criterial ou normativa, a primeira procura situar cada aluno em relação ao atingimento ou não de um dado objetivo pré-fixado, quanto à segunda é aquela que compara o rendimento de um aluno com o rendimento do grupo.

No que se refere às técnicas e instrumentos de avaliação Kirkpatrick e Hawk (2006), apresentam sugestões para definir o tipo de avaliação e para a construção do instrumento a utilizar, sendo elas, o ter presente o conteúdo de ensino, condições de avaliação e suas finalidades, a cada objetivo atribuir uma ponderação, selecionar o melhor instrumento para cada objetivo, escolher a dificuldade de cada item em função da finalidade desse, verificar a validade, se mede o que propôs medir e aplicar em boas condições e analisar os resultados.

Os professores para avaliarem devem ter a noção que existem quatro tipos de instrumentos de avaliação de desempenho: instrumentos centrados na personalidade (valorizam aspetos centrados na personalidade como a responsabilidade, simpatia e pontualidade por exemplo), centrados nos comportamentos (comportamento do aluno foi significativo, incidentes críticos, situações de decisão complicada), centrados na comparação com outros (comparar desempenho entre si), e centrados nos resultados (avaliar o impacto que o comportamento do professor teve na aprendizagem dos alunos) (Silva, 2005, p.336).

Especificamente na Educação Física os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam três focos principais de avaliação na Educação Física: a realização das práticas, a valorização da cultura corporal de movimento e a relação da Educação Física com saúde e qualidade de vida.

Existe uma grande dificuldade em criar um sistema de avaliação único, isto acontece porque esta disciplina é completamente diferente das demais, em que é possível mensurar o conhecimento do aluno por meio de avaliações teóricas. O conhecimento é construído pela apropriação de técnicas corporais e pela criação de movimentos, o que dificulta muito a avaliação por parte do professor. Depois do modelo tecnicista, nunca houve um consenso quanto à avaliação. Contudo não existe uma resposta de modelo ideal, tem de se continuar a procurar o caminho que melhor responda a cada situação.

Tendo em consideração que a Educação Física deve desenvolver diferentes capacidades nos nossos alunos, as mesmas devem ser desenvolvidas e avaliadas de modo a verificar se tiveram algum efeito. A Educação Física escolar proporciona contextos favoráveis à aprendizagem, pois engloba diferentes espaços e contextos que favorece o desenvolvimento da criatividade, autonomia e o processo de tomada de decisão. Assim, tendo em consideração a necessidade de avaliar na escola, foram criadas algumas situações que são passíveis de medir alguma coisa. Estas situações podem ser consultadas na tese de mestrado intitulada a *“A problemática da Indisciplina num processo não centrado no docente”*.

Conclusões

Pensamos que não existem soluções únicas, estanques e completamente corretas, cada resposta tem de ser adaptada à situação específica em causa. Todo este processo pode ser alterado caso existam circunstâncias que o levem a tal. Daí a importância do processo de avaliação. Não basta solicitar determinados comportamentos, temos de avaliar para ver se estes foram induzidos.

Consideramos que ao aprofundar estas questões poderemos melhorar e rentabilizar o trabalho e daí obter resultados mais efetivos no desempenho e, por extensão, no sucesso do processo ensino-aprendizagem, sendo que para isso temos de contextualizar o processo num quadro pedagógico atual, questionando-nos sobre o que se faz, como se faz e como se avalia.

A avaliação exige uma coerência entre os objetivos visados e os instrumentos utilizados. Isto só se consegue se utilizarmos um quadro conceptual que rentabilize o conhecimento e os meios que hoje existem de modo a dar respostas aos desafios que nos vão sendo colocados.

Referências Bibliográficas

- Almada, F., Fernando, C., Lopes, H., Vicente, A., & Vitória Miguel. (2008). A Rotura- A Sistemática das Atividades Desportivas. Edição VML.
- CNAPEF (2002). “ Dez anos após a reforma – Perspetivas para a Educação Física e o Desporto Escolar, ”. Carta Aberta – abril.
- CNAPEF e SPEF (2007) “Parecer sobre o Programa de Educação Física do Ensino Secundário”. Retirado a 1 de dezembro de 2011, de http://www.appefis.org /noticias_detalhes.asp?codnoticia =1371.
- Fernando, C., Lopes, H., Vicente, A., & Prudente, J. (2010). O Desporto como fator de desenvolvimento regional, o caso concreto da RAM- compreender o instrumento desporto. 16º Congresso da APDR (pp. 210-228). Funchal: Universidade da Madeira.
- Lei n.º 46/86 de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de setembro, e 49/2005, de 30 de agosto.
- Ministério da Educação (2004). Organização Curricular e Programas. Ministério da Educação, 4ª Edição.
- Pina, M. (2002). “Desporto Escolar – estado atual e prospetiva”. Revista Horizonte. Vol. XVII, nº 101, janeiro – fevereiro, pp. 25-35.
- Programa de Educação Física- Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem, Ensino Básico 2º ciclo (3º ed.). (1998). Ministério da Educação.
- Kirkpatrick, J. e Hawk, L. (2006). Curricula and Evaluation: Maximizing Results. Measuring and Evaluating – EBSCO, junho, vol.6º, nº6.
- Silva, E. (2005). A avaliação na Supervisão Pedagógica. Horizonte – Revista de educação Física e Desporto, vol XX (outubro/novembro), nº 120 – Dossier.
- Simões, J. (2010). A problemática da Indisciplina num processo não centrado no docente. Tese de Mestrado. Universidade da Madeira.